

O QUE SÃO AÇÕES AFIRMATIVAS?

São políticas públicas que têm o objetivo de combater **desigualdades estruturais**, ou seja, aquelas desigualdades que se repetem de geração em geração, e que por si só se reproduzem.

Essas ações pretendem garantir direitos negligenciados nestes casos.

Existem ações afirmativas em contextos diversos (econômicos, culturais, sociais, de gênero); a questão racial é um deles.

No Brasil, há uma diferença de oportunidades de acesso à educação, ao emprego formal e com salários justos, bem como os acessos à saúde, lazer, cultura e qualidade de vida. O racismo atua diminuindo as condições de cidadania, impondo distâncias entre sujeitos negros e brancos, privilegiando os últimos.

Devido à história de colonização e escravagismo que o país viveu, a população negra teve diferentes condições de acesso à cidadania. Isso se perpetuou ao longo dos anos mantendo as distâncias sociais, culturais e econômicas entre negros(os) e brancas(os).

E A MERITOCRACIA?

Chamamos de discurso meritocrático a ideologia que atribui responsabilidade individual aos sujeitos em sua trajetória de vida, sem levar em conta as condições sócio-históricas em que cada um está inserido.

Por exemplo, no ingresso nas instituições de ensino superior, a meritocracia se instrumentaliza na prova do vestibular. Essa ferramenta de seleção se mostra pouco democrática ao equiparar a qualidade do ensino público e privado.

Ao analisarmos todos os fatores sociais que levam os estudantes a ingressarem em uma universidade, como escolarização dos pais, acesso à informação, condições culturais e econômicas, são reveladas dinâmicas que excluem e perpetuam hierarquias consolidadas.

A meritocracia se mostra perene também no percurso acadêmico dos estudantes. O aluno oriundo de classe social economicamente desfavorecida tem uma gama de oportunidades negadas no espaço acadêmico, como, por exemplo, tempo integral para estudo.

Poderíamos dizer, portanto, que as oportunidades e condições para todas(os) são as mesmas?

A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE

As ações afirmativas também se fazem importantes pela representatividade necessária que as categorias sociais devem ter nos espaços de poder. Por exemplo, os espaços de produção de conhecimento (como as faculdades e universidades) e os espaços de decisão política (como os cargos políticos e institucionais) em que se tomam decisões sobre as condições de vida das(os) brasileiras(os). Temos ali parcela pouco expressiva de pessoas negras, enquanto cerca de 50% da população brasileira se declara negra (pretos e pardos).

Se quem decide sempre sobre as vidas das(os) brasileiras(os) são minorias privilegiadas, nossa reflexão é que a situação de desigualdade será convenientemente mantida. É nesse aspecto que as ações afirmativas são uma alternativa necessária para romper com a reprodução destas desigualdades.

Dentro da universidade este tensionamento é muito importante para fazer os deslocamentos na produção de saber e conhecimento, pois se faz necessário reconhecer que essas trajetórias que antes não eram aqui representadas, importam para compor a pluralidade epistêmica do conhecimento.

ALGUMAS LEIS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DE CARÁTER RACIAL DO BRASIL

- Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010 - Estatuto da Igualdade Racial.
- Lei Federal nº 12.711, 29 de agosto de 2012 - Lei de Cotas no Ensino Superior.
- Lei Federal 12.990, 9 de junho de 2014 - Lei de Cotas no Serviço Público.
- Lei Federal 10.639, 9 de janeiro de 2003 - Estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira.



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS

Participe das atividades da Comissão de
Psicologia e Relações Étnico-Raciais

www.crpmg.org.br
www.facebook.com/crpmg

ações
afirmativas

Comissão de
Psicologia e Relações
Étnico-Raciais